**ANEXO 23**

**MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS BLOCOS SUL, CENTRAL E NORTE**

*[NOVAS CLÁUSULAS]*

**Subseção I – Dos Deveres Gerais**

[...]

3.1.1.3. A Concessionária deverá cumprir integralmente as obrigações relativas à expansão da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários, devendo envidar esforços para o desenvolvimento e crescimento da oferta de voos em todos os aeroportos dos Blocos, em especial atenção aos aeroportos de menor movimentação, não sendo admitida a concentração das atividades apenas nos Aeroportos com histórico de maior movimentação integrantes dos Blocos;

3.1.1.4. A Concessionária deverá manter durante todo o prazo de concessão a prestação dos serviços de transporte aéreo e em todos os aeroportos dos Blocos, não sendo admitido qualquer tipo de subutilização ou desvio de finalidade do objeto da concessão, por meio da prestação de atividades nos Aeroportos que prejudiquem, diminuam a capacidade operacional, não se coadunem ou que não sejam compatíveis com o concomitante fomento e manutenção dos serviços de transporte aéreo.

**Subseção II – Da Prestação dos Serviços**

3.1.9. assegurar a adequada prestação do serviço concedido, conforme definido no artigo 6.º da Lei federal nº 8.987/95, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, e não se limitando, a todos os investimentos em futuras expansões, necessários para a manutenção dos níveis de serviço, conforme a demanda existente e futura, de acordo com o estabelecido no PEA, na forma e prazos previstos no referido Anexo;

3.1.9.1 assegurar a adequada execução do objeto da concessão valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, e não se limitando, a todos os investimentos pertinentes descritos no PEA visando o aumento da movimentação dos aeroportos de menor movimentação, com o objetivo de expansão dos serviços aeroviários e a promoção do desenvolvimento regional;

**Subseção III – Das Atividades Operacionais**

[...]

3.1.16.1. autorizar pedidos de novos voos que atendam às normas da ANAC, especialmente nos aeroportos de menor movimentação no Bloco, mediante a compatibilização dos serviços aeroportuários e interesses da companhia aérea, promovendo a necessária prestação dos serviços.

**Seção IV - Da Revisão Extraordinária**

[...]

6.30. Não será admitida como medida de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a devolução de um ou mais aeroportos do Bloco ao Poder Concedente.

**ANEXO 3 DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DE MULTA**

**3. Tabelas de Referência**

**COMUM A TODOS OS BLOCOS**

**Tabela A – Infrações Gerais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **REF.** | **DESCRIÇÃO** | **VALORES** | **INCIDÊNCIA** |
| A-[•] | Caracterização de desvio de finalidade na execução do objeto da concessão, por meio da utilização infraestrutura aeroportuária para o desempenho de atividades distintas da prestação de serviços aéreos e que, comprovadamente, impeçam ou prejudiquem os níveis de serviços e a expansão da disponibilidade de voos. | [•] | Por evento |
| A-[•] | Negar, injustificadamente, a prestação dos serviços voltados ao desenvolvimento e crescimento da oferta de voos em qualquer dos aeroportos dos Blocos | [•] | Mensal, por Aeroporto |
| A-[•] | Não autorizar, sem a devida justificativa técnica, ou deixar de responder à solicitação de autorização para novos voos que atendam às normas da ANAC. | [•] | Por evento |
| A-[•] | Não atender aos níveis de serviços necessários para o atendimento dos voos autorizados no Aeroporto. | [•] | Mensal, por Aeroporto |

**Justificativa**

Garantir o desenvolvimento de todos os aeroportos do bloco de forma conjunta e planejada, evitando favorecer única e exclusivamente aqueles que já possuem sólido histórico de voos. As Contribuições garantirão ao Poder Concedente, e especialmente à população que utiliza os aeroportos menores, que a Concessionária envidará os mesmos esforços e recursos dispensados dos aeroportos de grande porte. Essas contribuições são oportunas e extremamente cabíveis para 6ª dado que: (1) a decisão dos novos editais de não exigir que a SPE tenha como acionista um operador aeroportuário com expertise reconhecida; (2) a operação atual de apenas 3 cias aéreas comerciais; e (3) o novo e incerto cenário pós pandemia no setor da aviação, principalmente regional;